

OMISSÃO CALCULADA E NARRATIVA DESONESTA

A porta-voz informal do petismo, Daniela Lima, afirmou que o governo brasileiro foi avisado com antecedência sobre o resultado da investigação do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR). Isso confirma o que muitos já suspeitavam: o Planalto sabia que uma recomendação de tarifas pesadas contra o Brasil estava a caminho, mas a reação do governo Lula não foi acionar a diplomacia para mitigar o estrago e sim construir uma narrativa conveniente para transferir a culpa para o senador Flávio Bolsonaro, que esteve nos EUA reunido com o presidente Donald Trump, o vice-presidente JD Vance e o secretário de Estado Marco Rubio. Em nenhuma das reuniões houve pedido por tarifa, ao contrário. Mas o petismo não perde uma oportunidade de distorcer a verdade em benefício próprio. Ainda mais quando o governo Trump acaba de confirmar o que o governo Lula temia — isso sim com o apoio e pedido de Flávio — designar as facções brasileiras como organizações terroristas.

Essa postura não chega a ser uma surpresa. O próprio Lula já declarou publicamente que "o importante é construir a narrativa correta". Ou seja, a realidade parece secundária diante da versão que se conta. Enquanto o cidadão comum arca com as consequências da incompetência econômica, o governo se ocupa em fabricar vilões internos para mascarar sua própria inércia.

O iminente "tarifaço" é o desfecho de um processo técnico e rigoroso. A investigação foi aberta em julho de 2025, sob a Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, após determinação de Donald Trump. O relatório final do USTR expõe uma série de práticas brasileiras consideradas prejudiciais ao mercado americano, acumuladas ao longo dos anos. Entre os pontos críticos apontados pelo órgão estão a instabilidade regulatória no setor de serviços digitais, barreiras alfandegárias ao etanol dos EUA, proteção deficitária à propriedade intelectual e a leniência no combate ao desmatamento ilegal e à corrupção. Como resposta, o USTR sugeriu sobretaxas de até 25% a diversos produtos brasileiros, com a decisão final prevista para 15 de julho de 2026.

Portanto, tentar responsabilizar o grupo político do principal adversário de Lula nas eleições deste ano por esse cenário é mais uma distorção desonesta. Flávio Bolsonaro, na verdade, agiu na tentativa de conter os danos: além de ter pedido para não tarifar o Brasil enquanto esteve em Washington, Flávio enviou uma carta formal ao governo americano solicitando que as sanções não fossem aplicadas, argumentando que a população brasileira já se encontra sufocada pela alta carga tributária interna e que novas taxas puniriam diretamente os trabalhadores e exportadores.

O Palácio do Planalto dispunha de tempo e canais diplomáticos para negociar saídas ou ajustar diretrizes políticas. Preferiu se omitir e usar uma viagem da oposição como bode expiatório, mostrando o desespero de quem não tem respostas para a economia.

Narrativas não pagam contas, não geram emprego e não resolvem disputas comerciais. O Brasil precisa de diplomacia séria, reformas internas que tornem o país mais competitivo e governantes que coloquem o interesse nacional acima de qualquer conveniência partidária. A tarifa, se vier, será consequência de anos de decisões questionáveis.

O governo tinha a informação. Tinha tempo. Mais uma vez, não escolheu atacar o problema, escolheu a narrativa.

- **Omissão calculada:** O governo Lula ignorou a diplomacia preventiva e deixou a disputa tarifária avançar até se transformar em crise política e econômica.
- **Culpa terceirizada:** A narrativa oficial tenta responsabilizar Flávio Bolsonaro por um problema que já estava em curso e que envolve práticas comerciais brasileiras questionadas pelos EUA.
- **Narrativa desonesta:** A versão governista esconde a própria inércia e transforma uma crise anunciada em instrumento de ataque político interno.

